

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	112.935	45.143
Concessionárias	5	50.758	57.376
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	4.116	2.468
Outros tributos compensáveis	6	56.699	27.133
Outros créditos	10	215	1.120
Total do Ativo Circulante		224.723	133.240
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	4.814	4.539
Outros tributos compensáveis	6	56.373	106.418
Tributos diferidos	7	225.858	219.104
Cauções e depósitos vinculados	8	82.860	134.089
Outros créditos	10	199	
		370.104	464.150
Imobilizado	11	3.293.350	3.274.398
Intangível	12	72.841	95.732
Total do Ativo Não circulante		3.736.295	3.834.280
TOTAL DO ATIVO		3.961.018	3.967.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	19	382.499	315.292
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(171.041)	(131.741)
Custo de operação		(162.321)	(151.445)
		(333.362)	(283.186)
Lucro bruto		49.137	32.106
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(4.211)	(6.442)
Outras despesas e receitas operacionais		110.135	3
		105.924	(6.439)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		155.061	25.667
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		12.124	8.599
Despesas financeiras		(187.155)	(180.395)
		(175.031)	(171.796)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(19.970)	(146.129)
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.754	49.650
		6.754	49.650
Prejuízo do exercício		(13.216)	(96.479)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,00560)	(0,04180)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(13.216)	(96.479)
Resultado abrangente do exercício	(13.216)	(96.479)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	465.455	583.116
Receita operacional	447.148	364.699
Receita relativa à construção de ativos próprios	18.296	218.413
Outras receitas	11	4
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(124.558)	(355.078)
Custos da energia comprada	(108.714)	(77.250)
Encargos de uso da rede elétrica	(79.731)	(68.051)
Materiais	(2.456)	(44.188)
Serviços de terceiros	(24.374)	(159.462)
Outros custos operacionais	90.717	(6.127)
Valor adicionado bruto	340.897	228.038
Retenções		
Depreciações e amortizações	(130.107)	(125.861)
Valor adicionado líquido produzido	210.790	102.177
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.654	10.108
Valor adicionado total a distribuir	223.444	112.285
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.445	26.447
Benefícios	1.652	819
FCTS	498	827
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	40.686	(12.759)
Estaduais	42	295
Municipais	1	31
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	187.155	192.917
Aluguéis	181	187
	236.660	208.764
Prejuízo do exercício	(13.216)	(96.479)
	223.444	112.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
 A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão
 Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	735,8	430,4	10/04/2014 - 10/04/2049

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 430,4 MWm, 289,5 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos e 90 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL pelo prazo de 20 anos, ambos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R\$83,49 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sendo em 31 de dezembro de 2019, atualizado de R\$111,89 por MWh. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

As quatro unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada inicial de 175 MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de dezembro de 2017, janeiro, março e abril de 2018.

1.1.1 Uso do bem público - UBP
 Como pagamento pelo UBP, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e até o 35º ano da concessão, parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$2.789, atualizado em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.881, corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$49.560 (R\$48.228 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
 A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2. Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis
 As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração
 As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento
 Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.1.2); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 17.1).

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	13	19.793	33.348
Outros tributos a recolher	6	645	1.715
Debêntures	14	28.157	23.379
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	88.532	82.314
Uso do bem público	16	3.762	3.623
Provisões	17	16.430	22.257
Outras contas a pagar	10	6.393	8.304
		163.712	174.942
Total do Passivo Circulante			
Não circulante			
Tributos diferidos	7	12	6
Debêntures	14	294.026	304.202
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	1.458.702	1.486.306
Uso do bem público	16	45.798	44.605
Provisões	17	24.974	30.608
Outras contas a pagar	10	2.457	300
		1.825.969	1.866.027
Total do Passivo Não circulante			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	2.409.974	2.351.974
Prejuízos acumulados		(438.637)	(425.421)
Total do Patrimônio Líquido		1.971.337	1.926.553
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.961.018	3.967.520

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(19.970)	(146.129)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Impostos diferidos		6	6
Depreciações e amortizações		130.107	125.861
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		363	
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		113	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		180.160	166.363
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		5.089	5.027
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		65	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		1.908	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(2.209)	8.458
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.592	1.282
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(5.681)	(1.876)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(443)	(277)
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos		(111.191)	
		179.909	158.715
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		6.618	(26.151)
Imposto de renda e contribuição social a compensar			(24.536)
Outros tributos compensáveis		(21.385)	
Outros ativos operacionais		742	1.887
		(14.025)	(48.800)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(13.555)	16.437
Imposto de renda e contribuição social a recolher			27.747
Outros tributos a recolher		40.791	
Provisões		(22.702)	(39.292)
Uso do bem público		(3.757)	(3.611)
Outros passivos operacionais		(1.684)	2.010
		(907)	3.291
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.477)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		163.500	113.206
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.520)	(159.620)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.520)	(159.620)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções		56.874	(129.783)
Aumento de capital social líquido do custo de emissão		58.000	78.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		3.109	392.590
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(55.748)	(280.000)
Pagamentos de encargos de dívidas		(154.305)	(83.561)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(118)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(92.188)	(22.754)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	25.1	67.792	(69.168)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		112.935	45.143
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.143	114.311
		67.792	(69.168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.273.974	(328.942)	1.945.032
Aumento de capital - RCA 11/12/2017	30.000		30.000
Aumento de capital - RCA 24/09/2018	15.000		15.000
Aumento de capital - RCA 29/10/2018	33.000		33.000
Prejuízo do exercício		(96.479)	(96.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.351.974	(425.421)	1.926.553
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.351.974	(425.421)	1.926.553
Aumento de capital - RCA 10/12/2018	9.000		9.000
Aumento de capital - RCA 28/10/2019	49.000		49.000
Prejuízo do exercício		(13.216)	(13.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.409.974	(438.637)	1.971.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações. Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à alugueis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2). A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance do CPC 06 (R1). A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados nas notas 10 e 11.

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias. A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país. Após a Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3. Eventos significativos do exercício

3.1 Acréscimo de capacidade instalada

Em 26 de setembro de 2019 a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.674/2019, homologou os parâmetros da UHE São Manoel, com alteração da Potência Instalada total de 700,0 MW para 735,8 MW, de tal forma que a Potência Nominal Unitária de cada turbina, anteriormente fixada em 170,0 MW, passa a ser de 183,9 MW. A partir da decisão da ANEEL, foi iniciado o processo de Revisão Extraordinária da Garantia Física do empreendimento que, por meio da Portaria nº 352 emitida em 06 de dezembro de 2019 pelo MME, definiu a nova garantia física da UHE São Manoel em 430,4 MW ante os 424,5 MW anteriores.

3.2 Liberações de recursos

Durante o exercício de 2019 a Companhia obteve a seguinte liberação de recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES	set/2019	dez/2025	3.109	TJLP	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel
			3.109		

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	786	4.206
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	112.149	40.937
Total	112.935	45.143

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

5. Concessionárias

	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	46.478	44.273
Energia de curto prazo	4.280	13.103
Total	50.758	57.376

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacional	Financeiro
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Concessionárias (Nota 5)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2018 a 30/04/2018						25.882
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/05/2018 a 31/12/2038	3.464	2.534			36.359	23.561
CTG Brasil Comercializadora	Controle Comum		01/01/2018 a 30/04/2018						25.882
CTG Brasil Comercializadora	Controle Comum		01/05/2018 a 31/12/2038	2.660	2.534			36.361	23.561
EDP Espírito Santo	Controle Comum	111,89	26/04/2018 a 31/12/2047	172	152			1.418	932
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	135,00	01/01/2018 a 30/04/2018						25.882
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	140,19	01/05/2018 a 31/12/2038	3.585	2.564			36.361	23.561
				9.881	7.784	-	-	110.499	149.261
Fornecedores									
Encargos de uso da rede básica									
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		09/11/2017 a 10/04/2049			291	323	(10.093)	(10.427)
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 a 10/02/2047			5		(65)	
Suprimento de energia elétrica									
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 a 31/12/2018				1.823		(10.819)
Contrato de prestação de serviços (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/05/2014 a 31/05/2018						(467)
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		01/09/2015 a 01/12/2018						(446)
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		24/09/2015 a 31/12/2019			1.974	1.974	(1.974)	(3.251)
EDP Comercializadora	Controle Comum		28/10/2019 a 27/10/2024					87	(87)
				-	-	2.270	4.120	87	(12.219)
									(25.410)
Debêntures (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		15/08/2016 a 15/12/2018						(9.112)
CTG Brasil	Controladora em conjunto		15/08/2016 a 15/12/2018						(9.112)
				-	-	-	-	-	(18.224)
Outras contas a pagar									
Reembolso de despesas									
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum		01/04/2018 a 31/12/2019			19		(14)	(56)
EDP Transmissão	Controle Comum		01/04/2018 a 31/05/2019						(22)
EDP Transmissão MA II	Controle Comum		01/04/2018 a 31/07/2019						(16)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/05/2018 a 30/04/2020			198		220	163
Contrato de prestação de serviços e infraestrutura (d)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/05/2014 a 31/05/2018						(55)
				-	-	198	2.270	19	220
				9.881	7.784	198	4.139	307	163
								97.008	122.674
									(18.224)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 14.1, 15.1 e 26.2.

(a) Contratos de prestação de serviços

EDP - Energias do Brasil
O contrato tinha por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratavam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, auditoria, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, planejamento e controle, etc.

O contrato tinha previsão de vigência de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014. Com o término da vigência, este contrato foi substituído pelo contrato apresentado no item (c) abaixo.

Furnas Centrais Elétricas
O contrato com vigência até 2018 tinha por objetivo a prestação de serviços de engenharia, de acompanhamento e análise do projeto básico e executivo, o acompanhamento das inspeções da obra e o acompanhamento do processo de comissionamento. O valor total dos serviços era de R\$2.723, faturados durante o período do contrato conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

O contrato com vigência até 2019 tem por objetivo a prestação de coordenação técnica e supervisão de engenharia. O valor total dos serviços é de R\$6.352 a serem faturados durante o período do contrato, conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

Os valores faturados neste contrato, por serem relacionados à construção da UHE São Manoel, foram registrados em contrapartida do Imobilizado em curso.

EDP Comercialização e Serviços de Energia
O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de Pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato foi firmado pelo período de 60 meses contados a partir de 28 de outubro de 2019 com término em 27 de outubro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$2.565, a serem pagos em parcelas mensais de R\$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

(d) Debêntures: Em 15 de agosto de 2016 a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures no valor de R\$280.000, com remuneração de CDI + 4,35% a.a. e amortização de principal e pagamento de juros em parcela única no vencimento até 15 de dezembro de 2018. As controladoras em conjunto EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil adquiriram parte do montante total emitido correspondente ao percentual de suas participações societárias, ou seja, 33,334% e 33,333% respectivamente. Em 13 de setembro de 2018 as debêntures foram liquidadas antecipadamente com recursos provenientes da 4ª emissão de Debêntures (Nota 14).

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

(d) Contrato de prestação de serviços e infraestrutura: O instrumento tinha por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O contrato foi firmado pelo período de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014 com término em 31 de maio de 2018. Com o término da vigência, este contrato foi substituído pelo contrato apresentado no item (c) acima.

9.1 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre: (i) a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.; (ii) China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation; e (iii) Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) (Nota 18.1).

9.2 Remuneração dos administradores

	2019				2018			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	413	143	89	645	771	143	89	1.003
Benefícios de curto prazo (b)	30			30	55			55
Benefício pós-emprego				-	54			54
Total	443	143	89	675	880	143	89	1.112

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Quando aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.4.

6. Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em Nota	31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Transfê-reência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.007			446	1.477		8.930
	7.007			446	1.477		8.930
Circulante	2.468						4.116
Não Circulante	4.539						4.814
Outros tributos compensáveis							
ICMS		16					16
PIS e COFINS	6.1	122.169	17.407			(41.864)	97.712
IRRF sobre aplicações financeiras		5.617	1.667				7.284
Outros		5.749	2.311				8.060
Total	133.551	21.385				(41.864)	113.072
Circulante		27.133					56.699
Não circulante		106.418					56.373
Passivos a recolher							
Outros tributos a recolher							
ICMS		827	1.101			(1.737)	191
PIS e COFINS		-	41.869			(41.864)	5
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		504	910			(1.203)	211
Encargos com pessoal		384	139	3		(288)	238
Total Circulante	1.715	40.419		3		(3.228)	645

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 PIS e COFINS

Do montante total de créditos de PIS e COFINS de R\$97.712 (R\$122.169 em 31 de dezembro de 2018), R\$59.657 (R\$101.521 em 31 de dezembro de 2018) referem-se a créditos originados na aquisição de insumos e de ativos imobilizados para a construção da UHE São Manoel a serem compensados com os respectivos débitos desses impostos na medida que os faturamentos de energia elétrica forem sendo realizados.

7. Tributos diferidos

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxa		Reversão		Taxa		Reversão	
	média de depreciação %	Custo histórico	impairment (Nota 2.6.1)	Depreciação acumulada	média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,19	39.052		(2.462)	3,19	35.736	(1.137)	34.599
Reservatórios, barragens e adutoras	3,18	1.036.702	33.060	(67.974)	3,18	1.028.507	(34.793)	993.714
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20	1.152.745	39.112	(76.598)	3,20	1.143.096	(39.530)	1.103.566
Máquinas e equipamentos	3,35	1.152.153	38.566	(74.290)	3,32	1.156.740	(36.375)	1.120.365
Veículos	14,29	806		(111)				695
Móveis e utensílios	6,25	1.288		(80)	6,25	1.083	(51)	1.032
		3.382.746	110.738	(221.515)		3.365.162	(111.886)	3.253.275
Sistema de Transmissão e Conexão								
Máquinas e equipamentos	3,18	13.229	453	(877)	3,18	13.229	(456)	12.773
		13.229	453	(877)		13.229	(456)	12.773
Administração								
Máquinas e equipamentos	15,73	641		(217)	16,17	613	(116)	497
Veículos	14,29	1.498		(446)	14,29	1.953	(302)	1.651
Móveis e utensílios	6,25	656		(91)	6,25	656	(50)	606
		2.795	-	(754)		3.222	(468)	2.754
Total do Imobilizado em serviço		3.398.770	111.191	(223.146)		3.381.613	(112.810)	3.268.803
Ativos de direito de uso								
Terrenos								
Edificações, obras civis e benfeitorias	31,47	391		(123)				268
		391	-	(123)		-	-	268
Total Ativos de direito de uso Imobilizado em curso								
Geração		6.111				5.201		5.201
Administração		156				394		394
		6.267	-	-		5.595	-	5.595
Total do Imobilizado em curso		6.267	-	-		5.595	-	5.595
Total Imobilizado		3.405.428	111.191	(223.269)		3.387.208	(112.810)	3.274.398

11.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciação	Redução no valor recuperável (Nota 2.6.1)		Reclas-sificação	Valor líquido em 31/12/2019
					Baixas	Baixas		
Imobilizado em serviço								
Terrenos	34.599		3.317	(1.326)				36.590
Reservatórios, barragens e adutoras	993.714		8.195	(33.181)		33.060		1.001.788
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.103.566		9.649	(37.068)		39.112		1.115.259
Máquinas e equipamentos	1.133.635		(4.560)	(38.436)		39.019		1.129.658
Veículos	1.651		806	(347)	(363)			1.747
Móveis e utensílios	1.638		205	(70)				1.773
Total do Imobilizado em serviço	3.268.803	-	17.612	(110.428)	(363)	111.191	-	3.268.815
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	391		(123)				268
Total Ativos de direito de uso Imobilizado em curso	-	391	-	(123)	-	-	-	268
Terrenos	-	3.317	(3.317)					-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	7.575	(8.195)					769
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	2.272	(9.649)					7.377
Máquinas e equipamentos	39	1.812	4.560					(6.255)
Adiantamento a fornecedores	-							736
A reatear	-	2.249						(2.249)
Outros	5.556	1.059	(1.011)					(378)
Total do Imobilizado em curso	5.595	-	18.284	(17.612)	-	-	-	6.267
Total do Imobilizado	3.274.398	391	18.284	-	(110.551)	(363)	111.191	-

14. Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2019				31/12/2018					
										Encargos Circulante	Principal Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Não Circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Não Circulante		
Simplifício Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	340.000	1	340.000	4ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/06/2033	Investimento/ Reembolsos de gastos na UHE São Manoel	IPCA + 7,3129%	Principal e juros semestrais	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil, referentes às suas participações;	2.804	28.009	310.782	341.595	7.367	18.835	323.613	349.815	
(-) Custos de emissão				23.191		15/08/2018 a 15/06/2033			Amortização mensal	b. Fiança Bancária, referente à participação de Furnas; c. Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do Projeto.									
Total											2.804	25.353	16.756	19.412	322.183	7.367	18.835	323.613	349.815

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$341.595 em 31 de dezembro de 2019 (R\$349.815 em 31 de dezembro de 2018).

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Principal	18.835	(19.690)		362	27.961		541	28.009
Juros	7.367	(25.245)	25.106	(6.632)		2.822	2.208	2.804
Custo de transação	(2.823)					(2.655)	2.822	(2.656)
	23.379	(44.935)	25.106	(6.270)	25.306	2.822	2.749	28.157
Não circulante								
Principal	323.613			6.270	(27.961)		8.860	310.782
Custo de transação	(19.411)				2.655			(16.756)
	304.202	-	-	6.270	(25.306)	-	8.860	294.026

14.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento	
	Circulante	Não Circulante
2020	28.157	28.157
2021	28.408	
2022	28.517	
2023	8.418	
2024	20.914	
2025 até 2029	107.479	
2030 até 2034	100.290	
Total	294.026	322.183

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

15. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2019				31/12/2018				
									Encargos Circulante	Principal Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Não Circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Não Circulante	
Moeda nacional																	
BNDIS FINEM	1.316.632	11/08/2016	1.313.579	11/08/2016 a 15/12/2038	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio; b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.	TJLP + 2,88%	Principal e Juros mensais a partir de 15/01/2019	a. Penhor de Ações; b. Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios; c. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de Furnas; e d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e da Eletrobras (solidária à participação de Furnas) e Fiança Bancária da CTG Brasil, proporcionais às suas participações.	5.568	85.154	1.478.044	1.568.766	5.260	79.360	1.507.838	1.592.458
(-) BNDIS FINEM - Custos de Transação			(28.136)	11/08/2016 a 15/12/2038													
Total										5.568	82.964	1.458.702	1.547.234	5.260	77.054	1.486.306	1.568.620

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo. O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$1.568.766 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.592.458 em 31 de dezembro de 2018).

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Principal	79.360	136	(36.058)		4.096	41.157		(3.537)	85.154
Juros	5.260		(129.060)	133.448	(4.096)		2.306	16	5.568
Custo de transação	(2.306)					(2.190)	2.306	(2.190)	
	82.314	136	(165.118)	133.448	-	38.967	2.306	(3.521)	88.532
Não circulante									
Principal	1.507.838	2.973				(41.157)		8.390	1.478.044
Custo de transação	(21.532)					2.190			(19.342)
	1.486.306	2.973	-	-	-	(38.967)	-	8.390	1.458.702

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento	
	Circulante	Não Circulante
2020	88.532	88.532
2021	78.762	
2022	78.879	
2023	78.595	
2024 até 2028	396.734	
2029 até 2033	479.976	
2034 até 2038	345.356	
Total	1.458.702	1.547.234

16. Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias		Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
			Encargos e atualizações monetárias	Reversões			
Circulante							
Uso do bem público	3.623	16	48	(3.757)	3.832	3.762	3.762
	3.623	16	48	(3.757)	3.832	3.762	3.762
Não circulante							
Uso do bem público	44.605	1.473	3.552	(3.832)		45.798	45.798
	44.605	1.473	3.552	(3.832)	-	45.798	45.798

17. Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.2			7.997	1
Lic					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Adicionalmente aos processos mencionados acima, a Companhia é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígnea.

Na ação, o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela Companhia para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

17.2.2.1 Trabalhistas

Das ações mencionadas na Nota 17.2.1.1, parte refere-se a ações cuja probabilidade de perda é possível.

18. Patrimônio líquido
18.1 Capital social

O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.409.974 (R\$2.351.974 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 2.409.975.002 (2.351.975.002 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.409.975 (R\$2.351.975 em 31 de dezembro de 2018), sendo o valor a integralizar, em ambos os exercícios, de R\$1. Durante o exercício foram realizados os seguintes aumentos de Capital social:

Data da integralização	Ato societário	EDP - Energias do Brasil S.A.		China Three Gorges Brasil Energias Ltda.		Furnas Centrais Elétricas S.A.		Total	
		Quantidade de ações	R\$	Quantidade de ações	R\$	Quantidade de ações	R\$	Quantidade de ações	R\$
08 de fevereiro de 2019	RCA - 10/12/2018	3.000.060	3.000	2.999.970	3.000	2.999.970	3.000	9.000.000	9.000
16 de dezembro de 2019	RCA - 28/10/2019	16.333.660	16.334	16.333.170	16.333	16.333.170	16.333	49.000.000	49.000
Total		19.333.720	19.334	19.333.140	19.333	19.333.140	19.333	58.000.000	58.000

Foram emitidas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$1,00 por ação, integralizadas na proporção que cada acionista detém no capital social da Companhia.

O aumento de Capital social foi efetivado na respectiva data de repasse e a posição do mesmo, após a integralização, é a seguinte:

Acionista	Porcentual de participação	Ações ordinárias
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,334%	803.341.068
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	33,333%	803.316.967
Furnas Centrais Elétricas S.A.	33,333%	803.316.967
Total	100,000%	2.409.975.002

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$2.410.342. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

19. Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2019	2018	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	19.1	3.458.001	3.066.689	417.035	360.649
Energia de curto prazo	19.1	118.253	159.809	30.113	24.833
(-) Receitas capitalizadas	19.2	-	(136.206)	-	(20.583)
Receita operacional bruta		3.576.254	3.090.292	447.148	364.699
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(41.361)	(35.639)
(-) Tributos capitalizados				-	1.904
P&D				(3.752)	(3.132)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(17.364)	(10.946)
Outros encargos				(2.172)	(1.594)
		-	-	(23.288)	(15.672)
		-	-	(64.649)	(49.407)
Receitas		3.576.254	3.090.292	382.499	315.292

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

19.1 Suprimento de energia elétrica

No ano de 2018, ocorreu gradualmente a entrada em operação comercial (Nota 1.1). Com isso, até o mês de abril de 2018, a Companhia vendeu energia em contratos bilaterais e a partir de maio de 2018 iniciou as vendas para os contratos CCEAR.

19.2 Receitas capitalizadas

São relativas à energia fornecida na rede básica durante o período de testes das unidades geradoras em 2018 e que foram capitalizadas ao Imobilizado (Nota 11). De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, os custos com testes para verificar se um ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo em plena operação, são custos diretamente atribuíveis ao ativo imobilizado.

20. Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Confrontado o queito no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e outros serviços.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2019					
	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total	
	Com	De	Gerais e	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	98.384				98.384	
Encargos de uso da rede elétrica	72.355				72.355	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2	7.066	1.897		8.963	
Material		506	62		568	
Serviços de terceiros	20.3	17.205	1.566		18.771	
Depreciação - Imobilizado em serviço		110.238	30		110.268	
Depreciação - Ativos de direito de uso			123		123	
Amortização		19.716			19.716	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.2.1			943	943	
Arrendamentos e aluguéis		58	123		181	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				113	113	
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos	2.6.1			(111.191)	(111.191)	
Outras		302	7.532	410	8.244	
Total		171.041	162.321	4.211	(110.135)	227.438
	2018					
	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total	
	Com	De	Gerais e	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 17.1)	70.380				70.380	
Encargos de uso da rede elétrica	61.273				61.273	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (Nota 20.2)		7.449	2.735		10.184	
Material		665	189		854	
Serviços de terceiros (Nota 20.3)		6.809	3.146		9.955	
Depreciação - Imobilizado em serviço		105.559	53		105.612	
Depreciação - Ativos de direito de uso		20.249			20.249	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				1	1	
Arrendamentos e aluguéis		32	155		187	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(4)	(4)	
Outras		88	10.682	164	10.934	
Total		131.741	151.445	6.442	(3)	289.625

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Energia de curto prazo	20.1.2	102.936	150.810
Outros		10.852	8.772
(-) Ressarcimentos CCEE	20.1.2	(65.998)	(119.271)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(10.027)	(6.782)
Total		98.384	70.380

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE.

20.1.2 Energia de curto prazo e Ressarcimentos CCEE

A redução do ressarcimento CCEE deve-se a variação do PLD médio acumulado, que no exercício de 2018 foi de R\$285,68 devido ao cenário de escassez de chuvas com usinas termoeletricas sendo despachadas, enquanto no exercício de 2019 em decorrência do aumento das chuvas, de PLD médio acumulado foi de R\$194,10, como estratégia de mitigação de risco do GSF.

20.2 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	4.478	3.639
Encargos	1.510	1.912
Despesas rescisórias	220	2.377
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	383	612
Outros benefícios - Corrente	1.526	754
Outros	108	12
	8.225	9.306

Administradores

Honorários e encargos	722	824
Benefícios dos administradores	16	54
	738	878
	8.963	10.184

20.3 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	835	1.310
Serviços de manutenção	6.761	3.900
Serviços de limpeza e vigilância	4.176	39
Serviços ambientais	1.754	
Serviços de informática	800	753
Serviços de publicação e publicidade	297	212
Serviços de telecomunicações	75	67
Serviços de transporte	552	579
Outros	3.521	3.095
	18.771	9.955

21. Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		8.356	6.683
Energia vendida		1.233	2.810
Depósitos judiciais	8	136	135
Juros e multa sobre tributos	6	446	277
Outros juros e variações monetárias		2.209	
(-) Juros capitalizados		-	(512)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(530)	(997)
Outras receitas financeiras		274	203
		12.124	8.599
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(140.623)	(141.045)
Debêntures	14.2	(39.537)	(37.840)
(-) Juros capitalizados	11.2		12.522
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos			(3)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.2.1	(965)	
Atualização monetária uso do bem público		(5.089)	(5.027)
Arrendamentos e aluguéis		(65)	
Outros juros e variações monetárias			(8.458)
Outras despesas financeiras		(873)	(547)
		(187.155)	(180.395)
		(175.031)	(171.796)

22. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(19.970)	(146.129)
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		6.790	49.684
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		(36)	(34)
Resultado de IRPJ e CSLL		6.754	49.650
Alíquota efetiva		34%	34%

23. Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(13.216)	(96.479)
Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)	2.360.225	2.307.975
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,00560)	(0,04180)

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequente						
Caixa e Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	4	Nível 2	112.149	40.937	112.149	40.937
			112.149 </			

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2019					31/12/2018	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	14.146	3.145	2.502	19.793		33.348	
Debêntures			28.157	86.257	207.769	322.183	327.581
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	7.378	14.755	66.399	315.749	1.142.953	1.547.234	1.568.620
Uso do bem público	323	641	2.798	12.743	33.055	49.560	48.228
Arrendamentos e aluguéis	13	25	113	187		338	-
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				307		307	182
	21.860	18.566	99.969	415.243	1.383.777	1.939.415	1.977.959

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15.

Em 31 de dezembro de 2019, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15.1, não foi atendido, o que obriga a Companhia a compor em conta vinculada o equivalente a diferença do valor necessário para que o ICSD seja maior ou igual a 1,20, até o dia 15 de junho do exercício posterior imediato. Contudo, o vencimento seria antecipado apenas no caso de ICSD ser inferior a 1,20 durante três exercícios consecutivos ou quatro exercícios intercalados, sendo este, o primeiro exercício no qual ocorreu o descumprimento, dessa forma, não houve o vencimento antecipado e, por isso, não há nenhum impacto contábil nestas Demonstrações Financeiras. A Companhia solicitou ao BNDES a dispensa do cumprimento dessa exigência. Com exceção do *covenant* mencionado, as demais cláusulas restritivas foram atendidas em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 26.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$1.000.

24.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARCON-PA, AGER-MT, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	1.869.417	1.896.201
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(112.935)	(45.143)
(-) Cauções	(80.195)	(131.524)
Dívida líquida	1.676.287	1.719.534
Total do Patrimônio Líquido	1.971.337	1.926.553
Total do capital	3.647.624	3.646.087
Índice de alavancagem financeira - %	45,96%	47,16%

25. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

	2019					
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2019
			Efeito monetária	e cambial	Adições	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções	8	131.524	(56.874)	5.545	80.195	
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento						
Debêntures		327.581	(44.935)	11.609	27.928	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	1.568.620	(162.009)	4.869	135.754	
Arrendamentos e aluguéis		-	(118)	38	391	
Capital social	18.1	2.351.974	58.000		2.409.974	
		4.248.175	(149.062)	16.516	164.073	
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		4.116.651	(92.188)	10.971	164.073	
					4.199.507	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Eduardo Portela Ferreira da Costa Presidente	Luiz Otávio Assis Henriques Conselheiro	Claudio Guilherme Branco da Motta Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
Pedro Eduardo Fernandes Brito Conselheiro	Yujun Liu Conselheiro	José Alves de Mello Franco Conselheiro	Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho Conselheiro		Antônio Eduardo Portela Ferreira da Costa Conselheiro	

CONSELHO FISCAL

Felipe Há Jong Kim Conselheiro	Rodrigo Egreja Conselheiro	Fernando B. R. Oliveira Conselheiro
--	--------------------------------------	---

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Diretor	André Luiz de Castro Pereira Diretor
--	---	--

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RJ
--	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, e por considerarem que retratam a situação econômico-financeira da Companhia, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2019, na forma como apresentadas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Energia São Manoel S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Aceitamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável ("Impairment") dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6.1, 11 e 12 às demonstrações financeiras)
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$ 3.293.350 mil e R\$ 72.841 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa ("UGC"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras)
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 225.858 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudanças nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo

	2018				
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Variação		Saldo em 31/12/2018
			monetária e cambial	Adições	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados	-	129.783	1.741	-	131.524
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento					
Debêntures	336.492	(46.751)	2.485	35.355	327.581
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.351.795	75.780	12.248	128.797	1.568.620
Capital social	2.273.974	78.000			2.351.974
	3.962.261	107.029	14.733	164.152	4.248.175
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	3.962.261	(22.754)	12.992	164.152	4.116.651

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao imobilizado		12.522
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	5.454	43.504
Constituição do Uso do bem público no intangível		2.522
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	391	
Total	5.845	58.548

26. Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2019				31/12/2018	
	2020 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais						1.683
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e Transporte de Energia	95				95	
Materiais e serviços	31.034	11.172	924	690	43.820	37.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	117.811	160.950	127.363	307.525	713.649	1.086.932
	148.940	172.122	128.287	308.215	757.564	1.125.666

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019				31/12/2018	
	2020 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais						1.708
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e Transporte de Energia	95				95	
Materiais e serviços	31.034	8.644	781	701	41.160	37.313
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	149.424	270.954	237.904	736.550	1.394.832	1.560.027
	180.553	279.598	238.685	737.251	1.436.087	1.599.048

26.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta a garantia do tipo Executante Construtor na modalidade Seguro Garantia, no montante de R\$781 (R\$240 em 31 de dezembro de 2018).

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15), estão demonstrados em suas respectivas notas.

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	36.516	36.516	135.651	135.651
Usinas	3.057.360	1.000.000	3.025.318	1.000.000
Linhas de Transmissão	67.091	67.091		
Responsabilidade civil	55.000	55.000	55.000	55.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	7.537	(*)	8.281	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, cujo os limites são apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$15.000; e